

CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS



Acta da Reunião de 13 / 11 / 2013

Acta n.º 27 destinada a:



CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

LD

#

ACTA N.º 27

Aos treze dias do mês de novembro do ano dois mil e treze na Sala de Sessões, Edifício dos Paços do Concelho desta cidade de Vendas Novas reuniu a Câmara Municipal tendo estado:

PRESIDENTE..... LUÍS CARLOS PITEIRA DIAS
VICE-PRESIDENTE ANA CARLA ARRANJA M. DE BARROS
VEREADORES JOSÉ MARIA RODRIGUES FIGUEIRA
JORGE ANTÓNIO DA SILVA QUINTAS
JOÃO LUÍS TELHA DA SILVA
SILVIA LEONOR C. SEATRA DOS SANTOS
JOAQUIM MANUEL MARQUES B. SOEIRO

A reunião foi secretariada pelo Chefe da DAF, Hélder Páscoa Fernandes.

ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO

Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião eram 15 H 00.

1. Ponto – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

INFORMAÇÕES

Tomou a palavra o **Presidente** informando que no dia 1 de novembro participou numa reunião com o Diretor da EDP, no dia 5 participou numa reunião com o administrador da empresa VN-Automóveis, juntamente com o Vereador João Silva e também numa reunião com empresários de Vendas Novas. No dia 6, juntamente com a Vice-Presidente e o Vereador João Silva, participou numa visita à Biblioteca da Landeira, no dia 7 participou no astear da Bandeira Verde “Eco-Escola”, com a Vice-Presidente, na Escola Secundária de Vendas Novas e também numa reunião com os representantes da Sociedade do Parque Industrial de Vendas Novas. No dia 11 participou numa reunião com a Direção Regional das Finanças, na qual foi informado que não existiam mais desenvolvimentos sobre o processo de encerramento de serviços das Finanças. Ainda no dia 11, participou numa reunião com representantes do Estrela Futebol Clube e no dia 12 participou



CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

LD

#

em duas reuniões, uma com membros do Grupo Desportivo e Recreativo da Afeiteira e outra na CIMAC, que incluiu uma visita à ADRAL.

Interveio a **Vice-Presidente Ana Barros** referindo que, no dia 1 de novembro, participou em duas iniciativas, designadamente, numa reunião sobre o plano de ação do CLDS + e na entrega da distinção à Câmara Municipal pela colaboração no projeto “Guardinhas Cantores”, em Évora, no Comando Territorial da GNR. No dia 4 reuniu com a empresa que está responsável pelo fornecimento das refeições escolares e nos dias 5 e 7, juntamente com o Vereador Joaquim Soeiro, fez um levantamento das necessidades de intervenção nas escolas.

Tomou a palavra o **Vereador João Silva** dando conhecimento que no dia 31 de outubro, a Câmara Municipal recebeu a visita do Embaixador da Colômbia, tendo esta visita sido focada na fileira da cortiça. O programa incluiu uma visita à Casa Bragança, seguindo-se um almoço e uma visita às empresas Corkart e Amorim Isolamentos. Informou ainda, que na visita, foram também abordadas as potencialidades de Vendas Novas para o sector da floricultura. No dia 4 de novembro, juntamente com técnicos do GADE, participou numa reunião com a Fundação Alentejo e a IFEBA, referente à participação do Município de Vendas Novas na Feira Fehispor, que se irá realizar em Badajoz. No dia 5 esteve presente na reunião, referida pelo Sr. Presidente, com a empresa VN Automóveis, relativamente às dificuldades que aquela empresa tem vindo a atravessar. No dia 6 de novembro participou em diversas iniciativas, nomeadamente na visita à Biblioteca da Landeira, juntamente com o Presidente e a Vice-Presidente, recebeu os promotores do projecto Vivacidade e reuniu com a Associação Comercial do Distrito de Évora, para estudar a possibilidade de desenvolver projectos em parceria com esta entidade. No dia 7, esteve presente numa sessão que se realizou em Vendas Novas, promovida pelo IAPMEI.

Interveio o **Vereador Joaquim Soeiro** informando que, no dia 1 de novembro, participou em várias iniciativas, designadamente, numa reunião do InAlentejo, juntamente com o Presidente e o Vereador João Silva, sobre as candidaturas do concelho de Vendas Novas, num encontro com o Veterinário Municipal e também numa outra reunião com representantes da EDP. No dia 4 esteve presente numa reunião com vários serviços municipais, nos dias 5 e 7, juntamente com a Vice-Presidente participou na visita a algumas escolas, no dia 11 participou numa reunião de chefias, juntamente com os restantes Vereadores e no presente dia realizou uma visita à comunidade cigana.



CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

LD

#

Tomou a palavra o **Vereador José Figueira** afirmando que, enquanto Vereador da Câmara Municipal, se congratula com o fato da Câmara Municipal ter sido homenageada no projecto “Guardinhas Cantores”. Considera que deve ser deixado como referencia que, sendo um projecto com a colaboração do Municipio, teve um cunho muito pessoal do ex-Vice-Presidente da Câmara Municipal, que sempre acompanhou o referido projecto, inclusive no dia do seu falecimento. Agradece as informações prestadas no âmbito dos requerimentos apresentados. Agradece também a documentação que foi entregue em CD, mas solicita que seja dada a informação em falta, sobre quem será o funcionário que irá fazer a ligação administrativa e logística aos Vereadores da oposição. Refere ainda que remeteu uma Tomada de Posição, ao Presidente e restantes Vereadores, que não está incluída na ordem de trabalhos da presente reunião e gostaria que esta fosse introduzida na ordem do dia. Pergunta qual é a situação da empresa VN Automóveis, referindo que o anterior executivo acompanhou esta empresa, inclusivamente tendo estabelecido um protocolo com a mesma, de cedência gratuita de terrenos da autarquia.

Tomou a palavra o **Presidente** congratulando, também, o projecto “Guardinhas Cantores” e refere que, apesar de não tendo sido iniciado pelo presente executivo, esta é uma iniciativa que não poderá ser partidarizada. Quanto ao apoio administrativo aos Vereadores da Oposição, informa que o mesmo será feito pela colaboradora/funcionária Almerinda Lopes. Relativamente à Tomada de Posição, informa que será colocado à votação a sua introdução na ordem de trabalhos. No que concerne à questão levantada sobre a empresa VN Automóveis, informa que a situação teve desenvolvimentos na última semana, tendo sido avançada a situação de pré-aviso de despedimento de 40 trabalhadores, que surgiu em consequência do rompimento de um contrato com a Isuzu. Refere que segundo informação da empresa, o problema tem a ver com o período que vai entre esta rotura contratual e o novo projecto que a empresa prevê iniciar. Foi nesse sentido que também foi solicitada uma audiência ao Ministro da Economia, para se tentar exercer alguma influência.

Interveio o **Vereador João Silva** afirmando que a posição do executivo, foi inteirar-se directamente da situação com a Administração da fábrica, pois só eram conhecidos alguns rumores, tendo a empresa informado que a situação decorreu deste rompimento unilateral. A empresa procura formas de ultrapassar esta situação, até porque a mesma é agravada pela quase paragem da Autoeuropa, no mês de dezembro. Refere que a empresa é competitiva e tem projectos de expansão, mas esta situação vem pôr em risco um conjunto de postos de trabalho.



Para além disso, propõe que a introdução de novos assuntos, seja discutida antes do período de informações.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a introdução na Ordem de Trabalhos, da “Proposta de Tomada de Posição sobre OE 2014 e Propostas do Município”, apresentada pelos Vereadores da CDU.

2. PONTO – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - “Proposta de Tomada de Posição sobre OE 2014 e Propostas do Município”

Presente a “Proposta de Tomada de Posição sobre OE 2014 e Propostas do Município”, apresentada pelos Vereadores da CDU.

Tomou a palavra o **Vereador José Figueira** apresentando o documento e referindo que o Orçamento de Estado tem custos muito significativos para a sociedade, especialmente, nas áreas sociais. Refere que a Câmara Municipal tem vindo a colocar um conjunto de propostas para o Orçamento de Estado, até contra o encerramento da repartição de finanças.

Interveio o **Presidente** afirmando que analisou o documento, que é uma consequência de uma estratégia anterior da Câmara Municipal e pelos considerandos iminentemente políticos, não se consegue rever nos mesmos, ainda que existam algumas verdades. Verifica-se que, de fato, esta estratégia nunca deu resultados, tal como até é reconhecido pela própria Tomada de Posição. Afirma que a estratégia do atual executivo terá que ser diferente, para que os resultados sejam melhores que os anteriores, pois ao contrário de reivindicações e politização, o executivo quer a negociação daquilo que é verdadeiramente importante para Vendas Novas. Acrescenta ainda que concorda com algumas das questões referidas na Tomada de Posição, mas não pode concordar com esta estratégia e com esta visão do passado.

Tomou a palavra o **Vereador João Silva** afirmando que concorda com o que foi dito pelo Presidente, pois já é vereador há 8 anos e é a 9.ª vez que um documento desta natureza é trazido à reunião da Câmara Municipal e sempre tem sido contra esta abordagem. Refere que ninguém é a favor do encerramento do serviço de finança, ou do serviço de saúde ou que não se aumente o número de militares da GNR, mas o que não pode concordar é com a estratégia associada a estes



objetivos, uma vez que esta não traz nada de novo. Acrescenta que não pode estar de acordo com as considerações apresentadas, até porque o documento está redigido de forma a não ser votado a favor. Finaliza constatando que o próprio documento reconhece que esta estratégia não tem sido eficaz.

Interveio o **Vereador Joaquim Soeiro** referindo que o documento apresentado tem duas partes, uma que é a Tomada de Posição sobre o orçamento de estado e outra que apresenta as propostas do Município para o referido orçamento. Afirma que o que está aqui em causa, e acreditando que todos defendem os interesses de Vendas Novas, mesmo tendo ideologias diferentes, também têm métodos diferentes para atingir esse fim, assim, uma proposta que pretende unir as várias visões políticas, não pode ter esta forma. Relativamente ao conteúdo, está provado que o método que tem sido utilizado não deu resultados, e se não deu resultados, cabe ao novo executivo desenvolver uma nova estratégia. Também acha que este orçamento de estado é muito limitativo e castrador, mas se assim o é, também se deve à má gestão de algumas autarquias. Infere ainda que, em três semanas, já viu muitas provas de má gestão. Informa que esteve numa reunião distrital do PSD e muitas pessoas estavam contra muitas das medidas deste orçamento de estado, e que teve oportunidade de referir isso em sede própria. Acrescenta que tem de estar contra a proposta apresentada, pois revendo-se em alguns dos aspetos do seu conteúdo, não se pode rever na forma como foi apresentada.

Tomou a palavra o **Vereador José Figueira** referindo que, das intervenções feitas, apesar de toda a legitimidade das mesmas, não foi apresentado nada em concreto que contrarie o documento e a veracidade dos fatos constantes do mesmo. Independentemente de se dizer que os Governos não têm atendido às reivindicações, todos têm consciência que este e outros documentos servem para auxiliar os Grupos Parlamentares, em processos de negociação com o Governo, para que estes possam apresentar as suas propostas em sede de especialidade e aí serem discutidas e votadas. Afirma que isto é uma constatação, não tendo nada a ver com estratégia. Refere que é óbvio que se trata de uma proposta da CDU, mas se o executivo entende que deve desenvolver a sua atividade com uma nova estratégia, apenas deseja, em seu nome pessoal, que essa estratégia tenha repercussões positivas para Vendas Novas, indo aguardar para ver qual é essa estratégia e quais são os resultados que se virão a atingir com a mesma. Considera que, acima de tudo, está a resolução dos problemas dos vendasnovenses.



Interveio o **Presidente** registando que, de fato, a estratégia do passado deu trabalho ao parlamento, mas conclui que de fato os resultados foram nulos. Refere que a estratégia a definir passará por encontrar os interlocutores certos para cada um dos problemas a resolver. No entanto, agradece os votos de sucesso apresentados.

Tomou a palavra o **Vereador Joaquim Soeiro**, reforçando que o Vereador José Figueira reconhece no documento que apresentou, que no passado este método não surtiu qualquer efeito e os objectivos não foram atingidos. Logo se este método fosse mantido, iria acontecer o mesmo e não é isso que se pretende.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, rejeitar a proposta, com os votos contra dos Vereadores Ana Barros, João Silva, Joaquim Soeiro e Presidente e os votos a favor dos Vereadores José Figueira, Sílvia Santos e Jorge Quintas.

2.2 – 16.ª Alteração ao Orçamento, PPI e PAM

Doc. 113/13

Presente a proposta de 16.ª Alteração ao orçamento, PPI e PAM.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a 16.ª Alteração ao Orçamento, PPI e PAM.

2.3 - Taxas a fixar no âmbito do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis

Doc. 114/13

Presente proposta relativamente às Taxas a fixar no âmbito do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

Tomou a palavra o **Presidente** apresentando o ponto e dizendo que este é o primeiro passo para o cumprimento daquilo que defende e defendeu no passado, para que as famílias vendasnovenses suportem menos encargos.

Interveio o **Vereador José Figueira** perguntando se o executivo tem noção de qual é o impacto financeiro da redução destas taxas, tendo em conta que os prédios não avaliados serão muito poucos relativamente aos prédios avaliados. Questiona se o executivo estudou qual o impacto na arrecadação da receita deste imposto.



Tomou a palavra o **Presidente** informando que foram estudados os impactos para a Câmara Municipal de Vendas Novas, pois o executivo não toma decisões imponderadas. Relativamente aos prédios não avaliados, o impacto será residual e quanto aos avaliados terá um impacto aproximado de 15.000 euros, podendo ser até menos. Não é possível saber o impacto exacto, até porque apesar de ter havido reavaliações, também foi fixado um plafond máximo de aumento mas, o que é certo é que estamos a reduzir os encargos da grande maioria das famílias. Afirma que o executivo tem pena de não poder reduzir mais, mas a situação financeira da autarquia a curto prazo não o permite.

Interveio o **Vereador José Figueira** referindo que já por duas reuniões consecutivas, é referida a situação financeira encontrada na autarquia, afirmando que teve o cuidado de entregar ao Presidente qual era a situação financeira da autarquia. Refere que no último ano, a Câmara Municipal reduziu o seu endividamento e o PMP. Afirma que, pelos critérios da DGAL, a Câmara Municipal não está numa situação de desequilíbrio estrutural, pois apenas não cumpre um dos nove itens impostos. Refere que esta foi uma promessa política e se considerarmos 15.000 euros, para 6.000 famílias, representa num benefício médio de 3 euros por ano. Não lhe parece que sejam estas as expectativas que as famílias têm sobre esta matéria.

Tomou a palavra o **Presidente** considerando estranho que o Vereador não soubesse qual era o impacto, uma vez que esteve, até há pouco tempo, à frente da autarquia. Quanto à transição e à informação que lhe foi dada, regista que sabia o valor em dívida, não sabia é que mais de metade desse valor estava em dívida há mais de um ano e meio, apesar de algum estar em planos de pagamentos acordados. Refere que, mesmo pouco, o Vereador teve, no passado, oportunidade de reduzir e não o fez. Afirma que, de fato, são apenas 3 euros, mas são menos 3 euros que no ano passado e era só esse valor que se podia baixar, no entanto irá contribuir para baixar os encargos das populações e foi o que foi feito.

Interveio o **Vereador Joaquim Soeiro** referindo que as duas forças políticas à frente deste executivo tinham pontos comuns e uma dos seus slogans durante a campanha eleitoral era “transparência, honestidade e rigor”, a qual pretendem cumprir. Afirma que este é um sinal que estão a dar às populações, não é o desejável, mas é o possível. Se prometessem vender 80 lotes de terreno e se não tivessem que resolver o “cancro” que é o parque de exposições, Feiras e Mercados, talvez pudessem fazer uma redução maior. No entanto, como querem trabalhar com rigor, transparência e honestidade, não podem prometer mais do que podem cumprir. Informa que



LE
#

queriam baixar mais, mas com os fardos que lhes foram deixados, não é possível fazer mais do que isto.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta, fixando a taxa de 0,60 % para os prédios urbanos avaliados e a taxa de 0,34 % para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, submetendo a mesma à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

2.4 - Tomada de posição sobre o encerramento da Repartição de Finanças de Vendas Novas

Presente uma Tomada de posição sobre o encerramento da Repartição de Finanças de Vendas Novas, apresentada pelos Vereadores da CDU.

Tomou a palavra o **Presidente** informando que tudo está a ser feito para defender a repartição de finanças em Vendas Novas. Refere que crê que a alteração na rede de serviço de finanças irá para a frente e que o executivo está preocupado, encontrando-se a tomar todas as medidas para que isso não aconteça em Vendas Novas, estando a agendar reuniões com as entidades da Administração Central. Considera que cada iniciativa deverá ser analisada caso a caso e que não deve ser dada carta branca para tudo o que seja feito.

Interveio o **Vereador José Figueira** chamando a atenção que, em 2011, o Diretor Geral dos Impostos disse que o assunto estava em estudo e que não era oportuno marcar uma reunião na altura. Depois, o Secretário de Estado da Administração Fiscal, também foi contactado, não dando qualquer resposta. Já em 4 de outubro deste ano, foi feita também uma nova iniciativa, tal como está referido no ofício do Sr. Presidente. Considera que não se pode dizer que a Câmara Municipal só soube desta situação quando a matéria veio no Diário da Notícias. Refere que este assunto já começou há dois anos e independentemente do que seja aprovado, não se pode dizer que não há informações fidedigna sobre esta matéria e que só se teve conhecimento pela comunicação social. Afirma que há estudos internos e que os funcionários das repartições que irão ser encerradas já sabem desta matéria, que é reforçada pelas notícias que saíram na comunicação social, no presente dia. No distrito de Évora só irão ser mantidos os serviços de Évora, Montemor-o-Novo e Estremoz.

Tomou a palavra o **Presidente** afirmando que nunca teve conhecimento, pela Câmara Municipal, que este assunto estava ser tratado desde 2011 e lamenta que o mesmo não tenha sido resolvido



nestes 2 anos. Refere que gostaria que o Vereador fizesse chegar à Câmara Municipal, o estudo de que falou sobre o encerramento do serviço de Finanças de Vendas Novas.

Interveio o **Vereador José Figueira** afirmando que o que disse foi que o Diretor Geral de Impostos disse, em outubro de 2011, que estava a ser feito um estudo e que logo que o mesmo tivesse terminado, a situação seria discutida.

Tomou a palavra o **Presidente** referindo que há duas matérias a votar esta tomada de posição, uma que é a oposição total ao encerramento e outra que será a manifestação do apoio institucional.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, rejeitar a proposta, com os votos contra dos Vereadores Ana Barros, João Silva, Joaquim Soeiro e Presidente e os votos a favor dos Vereadores José Figueira, Sílvia Santos e Jorge Quintas.

O **Presidente** apresenta uma declaração de voto informando que não se tratou de um voto a favor do encerramento, afirmando que o executivo está contra o encerramento do Serviço de Finanças de Vendas Novas e que está a diligenciar para que estes serviços se mantenham em funcionamento.

2.5 - Expediente

2.5.1 – Concurso CP24/2013 – Fornecimento de Energia Elétrica às instalações alimentadas em baixa tensão normal (BTN) e instalações de iluminação pública (IP) em BTN

Presente Informação n.º 108/2013 da Divisão Técnica propondo a anulação do Concurso CP24/2013 – Fornecimento de Energia Elétrica às instalações alimentadas em baixa tensão normal (BTN) e instalações de iluminação pública (IP) em BTN.

A Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de anulação do concurso.

2.5.2 – Fornecimento de Energia Elétrica às instalações alimentadas em baixa tensão normal (BTN) e instalações de iluminação pública (IP) em BTN

Doc. 115/13

Presente proposta para abertura de concurso público para Fornecimento de Energia Elétrica às instalações alimentadas em baixa tensão normal (BTN) e instalações de iluminação pública (IP)



em BTN. Presente também o respectivo Caderno de Encargos, Programa de concurso e Proposta de Nomeação do Júri.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o lançamento do procedimento, conforme previsto na alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovar o respectivo programa de concurso e o caderno de encargos e aprovar a composição do Júri do concurso.

2.5.3 – Ação Social Escolar para o ano lectivo 2013/2014

- Presente Informação n.º 60/13 do Serviço de Educação propondo os valores a atribuir para livros e material escolar, no âmbito da Ação Social Escolar 2013-2014, relativamente ao 1.º Ciclo. Propõe ainda a aprovação da listagem com o posicionamento de cada candidatura à Ação Social Escolar 2013-2014, assim como o quadro global dos apoios a atribuir.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Serviço de Educação.

- Presente Informação n.º 61/13 do Serviço de Educação propondo a aprovação da listagem com o posicionamento de cada candidatura à Ação Social Escolar 2013-2014, relativamente ao ensino pré-escolar.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Serviço de Educação.

2.5.4 - Resumo Diário da Tesouraria

Presente o **Resumo**, respeitante ao dia 12 de novembro cujo saldo é de 478.529,41 € correspondendo 322.994,03 € a Dotações Orçamentais e 155.535,38 € a Dotações não Orçamentais.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.



LD
#

Obras – Licenciamento

Com base nos pareceres emitidos pelas entidades intervenientes, bem como pelos técnicos municipais, foram presentes os processos a seguir referenciados e que mereceram as seguintes deliberações:

- **Proc. n.º 60/13, Req.º n.º 648/13**, de Pedro Miguel Valente Piteira, presente projeto de arquitetura respeitante à construção de uma moradia unifamiliar de r/c, sita na Rua de Stº António, n.º 29 - Bombel, em Vendas Novas.

Aprovado, por unanimidade, de acordo com o Parecer do Chefe da DAUA, de 7 de novembro de 2013.

3. PONTO – Período de Intervenção Aberto ao Público

Não houve intervenções do público.

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

Para que as deliberações possam ter efeitos imediatos, foi elaborada a uma minuta, que depois de lida e colocada à votação, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, **foi aprovada, por unanimidade.**

FORMA DE VOTAÇÃO

Todas as deliberações tomadas na presente reunião foram objecto de votação nominal.

CONCLUSÃO DA ATA

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal encerrada a reunião eram 16 H 40 sendo a presente ata assinada pelo Sr. Presidente, Luís Carlos Piteira Dias e por mim, Hélder Páscoa Fernandes, na qualidade de Chefe da DAF, que a redigi e lavrei.



CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

Os documentos identificados na presente ata são arquivados no maço de documentos respeitantes ao ano de 2013.

O Presidente da Câmara Municipal

O Chefe da DAF

Vendas Novas, 13 de novembro de 2013



CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

Aprovada, por unânime, na reunião realizada em 05/03/2014.

com a abstenção do Vereador Paulo Caçoilas, que vintede de não ter participado no referido reunião.

O Presidente

L D

Os Vereadores

Ana Carla Arranja M. de Barros

Ana Carla

José Maria Rodrigues Figueira

José Maria Rodrigues Figueira

Paulo Alexandre Valentim Caçoilas

Paulo Alexandre Valentim Caçoilas

João Luís Telha da Silva

João Luís Telha da Silva

Sílvia Leonor C. Seatra dos Santos

Sílvia Leonor C. Seatra dos Santos

Joaquim Manuel Marques B. Soeiro

Joaquim Manuel Marques B. Soeiro